

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Sigma investe US\$ 70 milhões para produzir lítio	2
Título: Plataforma vai testar viabilidade de geração solar distribuída	3
Título: CCEE prevê sobra de energia incentivada	4
Título: Siderúrgicas veem maior presença de aço chinês na AL	6
Título: Justiça impõe bloqueio de R\$ 100 milhões da Braskem	8
Título: Apagões derrubam produção de petróleo na Venezuela	9
Título: Plataformas devem impulsionar investimento no 1º tri	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Produtores rurais acumularão desconto nas suas contas de luz	12
Título: TCU vê sobrepreço em obras do BNDES	13
Título: O faz de conta do dia a dia	14
Título: EUA terão controle de acesso em Alcântara	16
Título: Temer vira réu por lavagem de dinheiro	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: balança	19
Título: Temer vira réu em São Paulo no caso da reforma em imóvel da filha	20
Título: China já compra mais soja e algodão dos EUA	20
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Justiça aceita nova denúncia sobre obra, e Temer vira réu pela 4ª vez	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo****Título: Sigma investe US\$ 70 milhões para produzir lítio**

A Sigma Mineração vai investir US\$ 70 milhões na construção de uma usina de beneficiamento de lítio grau bateria, em Itinga, cidade do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A companhia, que tem como investidores BlackRock, uma asset do Bradesco, Citrino, Waratha, CQS e Votorantim, já tem garantidos US\$ 30 milhões de uma parceria comercial com a trading japonesa Mitsui, que garantiu o início do projeto antecipando parte dos aportes em troca de um terço da produção anual de concentrado de lítio no prazo de cinco anos.

Ana Cabral, vice-presidente do conselho de administração da companhia, disse ao **Valor** que o restante do investimento, US\$ 40 milhões, será financiado com bancos internacionais. "Já temos estruturada a operação financeira. Há algumas instituições já interessadas em financiar o projeto".

A previsão é que a usina comece a operar em escala industrial em meados de 2020. Hoje, em Itinga, há uma unidade piloto que faz 12 mil toneladas de concentrado de lítio grau bateria ao ano. "O cronograma está pronto, mas dependemos da concessão das licenças ambientais e de operação. O processo já está bem adiantado e não vejo risco em refazer esse planejamento", afirma Ana.

A capacidade de produção da usina será de 220 mil toneladas de concentrado de lítio por ano. Já prevê beneficia 110 mil toneladas em 2020 e, em 2021, chegar à capacidade máxima. "Já nascemos com um projeto pronto para dobrar a capacidade em três anos para atender a demanda mundial."

Atualmente, a produção mundial de LCE - concentrado de lítio com beneficiamento químico - é de 300 mil toneladas/ano. Em 2024, segundo estimativas, deve saltar para 1 milhão de toneladas. "Para se ter uma ideia, nossa capacidade de produção desse tipo de concentrado equivale a 30 mil toneladas de LCE. Nosso grande desafio é não perder esse boom de crescimento na produção. Por isso, vamos dobrar a capacidade até 2024. Já nascemos com esse desafio", disse Ana. Com a expansão, serão gerados 250 empregos diretos.

E condições para isso a Sigma tem. A companhia tem reservas de 52 milhões de toneladas de minério nas 28 concessões que tem na região. "A qualidade do lítio que extraímos é alta, temos baixo teor de impureza. Com isso, conseguimos atender esse mercado cada vez mais crescente de bateria para carros elétricos. Os nossos maiores concorrentes são os australianos."

O mercado para esse tipo de concentrado da Sigma cresce rapidamente no mundo, pois é um dos principais componentes para baterias de carros elétricos. Segundo Ana, não há solução melhor para servir de combustível elétrico aos carros em razão de sua grande capacidade de armazenar energia e de realizar cargas e descargas rápidas. Além disso, o metal é conhecidamente o menos denso e "mais leve" dos elementos sólidos.

A executiva diz que a Sigma estruturou o projeto para atender Japão, China e Estados Unidos. As negociações com clientes chineses e americanos já estão adiantadas. Na China o contrato comercial será firmado com uma montadora de veículos elétricos e nos EUA o acordo será feito com uma trading, a exemplo da Mitsui.

A logística para exportação do produto já está estruturada pela Mitsui. Ir de caminhão até um porto - Aratu (BA) ou Vitória (ES) - e de lá para Xangai. "Estimamos que o custo disse fique em US\$ 80 a tonelada. Os australianos gastam US\$ 40. Essa é uma desvantagem competitiva que temos."

Atualmente, a tonelada do LCE é negociada em até US\$ 1 mil. Mas se prevê que em 2020 fique entre US\$ 650 e US\$ 750.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Plataforma vai testar viabilidade de geração solar distribuída

Diante da complexidade cada vez maior dos projetos de geração distribuída com a fonte solar fotovoltaica, a consultoria de investimentos Clean Energy Latin America (Cela) vai lançar um software online que permitirá a modelagem econômico-financeira dos projetos, a fim de testar sua viabilidade econômica com maior precisão e menor tempo.

Como há diversas mudanças em discussão na regulamentação desse tipo de geração de energia, a rentabilidade dos projetos vai depender de cada detalhe, uma análise rigorosa que a Cela promete entregar. "Essa modelagem da viabilidade não existe, a maioria das empresas contrata auditorias para isso", afirmou Camila Ramos, diretora-geral da Cela. A plataforma, chamada de

Re.value, já está em uso pela Equatorial Energia desde o início do ano, depois que a companhia decidiu investir em geração distribuída.

O mercado potencial do software é grande e cresce exponencialmente. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), hoje há 67 mil instalações de geração solar distribuída no Brasil, somando mais de 691,2 megawatts (MW) de capacidade instalada. Ao fim de 2018, eram 56,9 mil, somando 578,9 MW. Em três meses, o crescimento foi de 19,4%. Para se ter uma ideia da velocidade desse crescimento, há um ano, eram 28,4 mil instalações, com 257,2 MW de potência.

A Cela espera fornecer a plataforma para médias e grandes empresas envolvidas com geração distribuída, fabricantes de equipamentos e também para bancos que oferecem o financiamento dos empreendimentos. Segundo Camila, a Cela sempre teve uma grande demanda por modelagem de projetos de geração solar distribuída, e muitos de seus clientes demonstraram interesse em investir em uma plataforma que gere uma modelagem "assertiva, correta e detalhada, para garantir a viabilidade real de cada projeto."

"Vamos economizar o tempo das empresas. Hoje, sempre que aparece um novo projeto, é preciso preencher cada dado, e eles serão atualizados automaticamente pela plataforma", disse Camila. O cliente vai preencher, por exemplo, qual o tipo de módulo será usado, se o componente é importado, e qual o modelo de negócios. "Se for aluguel, ele vai perguntar qual economia você quer dar ao cliente na data zero, quanto ele pode investir para que isso faça sentido", explicou a especialista.

O software inclui premissas como custos de financiamento de diversos bancos, para que o investidor possa rodar o modelo em diferentes cenários até encontrar o ideal para seu negócio. "Vamos trazer facilidades e economizar tempo, com valores sugeridos e diversos elementos", disse Camila.

Segundo ela, a plataforma vai gerar projeções de dados como fluxo de caixa, economia na conta, taxa de retorno e valor presente líquido de cada projeto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CCEE prevê sobra de energia incentivada

A demora na recuperação da demanda no mercado de energia das distribuidoras e a abertura gradual do mercado livre (ambiente de contratação

na qual o consumidor pode negociar preços diretamente com as geradoras) ajudaram a criar espaço para que mais consumidores migrem, neste ano, para este último.

Levantamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) obtido com exclusividade pelo **Valor** aponta que há uma sobra real de 215 megawatts (MW) médios de energia incentivada neste ano, sinalizando que há espaço para que mais consumidores especiais migrem para o mercado livre.

O montante pode ainda crescer ao longo do ano, já que a CCEE vai realizar novas rodadas do Mecanismo de Venda de Energia (MVE), nas quais as distribuidoras sobrecontratadas podem vender o excedente de energia para comercializadoras e consumidores no mercado livre.

Consumidores especiais são aqueles com carga de 0,5 MW a 3 MW, e que podem migrar para o mercado livre, mas com a obrigação de usar energia de fontes incentivadas (ou seja, eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas ou termelétricas a biomassa). Acima de 3 MW de consumo podem ser enquadrados como consumidores livres, sem restrição da fonte de energia que deve ser usada.

A fonte incentivada tem uma vantagem para os consumidores: o desconto na tarifa de uso da rede de transmissão e distribuição. Como há menos disponibilidade desses contratos, contudo, eles carregam um prêmio em relação à energia convencional.

A liberação de lastro de fonte incentivada é importante para a expansão do mercado livre porque a maior parte dos consumidores grandes já está neste ambiente de contratação. Restam os consumidores de médio porte, que se encaixam na categoria de especiais. Segundo a CCEE, entre 2017 e 2018, o número de consumidores livres cresceu 1,5%, para 887. Já o de especiais teve alta de 14%, para 4.932. Com a liberação de mais lastro, a tendência é que mais consumidores saiam das distribuidoras e migrem para o mercado livre, disse Carlos Dornellas, gerente executivo de monitoramento, gestão de penalidades e informações da CCEE. O movimento de migração está relacionado ao preço, já que o mercado livre é uma alternativa para que consumidores possam reduzir custos com energia.

Segundo a CCEE, 447 MW médios de energia incentivada com contratos de três, cinco e onze meses foram transferidos do mercado regulado ao livre por meio das rodadas do MVE realizadas no início do ano. Outros 574 MW médios foram

liberados no início deste ano, quando consumidores até então especiais se tornaram livres graças a uma mudança introduzida pela Lei 13.360 de 2016. Desde janeiro, consumidores com carga igual ou superior a 3 MW e atendidos em tensão inferior a 69 kv podem ser livres. Até então, havia uma limitação para esses consumidores de tensão mais baixa.

Até fevereiro, ainda havia 323 MW médios que não haviam alterado a classe de consumo. Se decidirem o fazer ao longo do ano, haverá liberação de mais lastro de fonte incentivada no mercado.

Outra mudança nas regras do mercado deve ajudar na liberação de lastro de energia incentivada. **O Ministério de Minas e Energia (MME)** publicou um decreto no ano passado reduzindo gradualmente os limites de migração para o mercado livre. A partir de julho, cairá de 3 MW para 2,5 MW. Em 2020, haverá nova redução, desta vez para 2 MW.

A CCEE estima que há 320 MW médios em carga de consumidores especiais que poderão se tornar livres no segundo semestre do ano. Para o ano que vem, há outros 435 MW médios.

Segundo Dornellas, a portaria deve beneficiar, principalmente, consumidores dos setores alimentícios, de manufaturados diversos, e de serviços. Eles terão a opção de passar a comprar energia convencional no lugar da incentivada, que normalmente é mais cara.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Siderúrgicas veem maior presença de aço chinês na AL

A guerra comercial entre Estados Unidos e China pode levar ao aumento das importações de aço chinês na América Latina, disse ontem Francisco Leal, diretor-geral da Alacero, entidade que reúne as siderúrgicas na região. Em 2018, informou a Alacero, o consumo de aço no mercado latino-americano foi de 67 milhões de toneladas. Desse volume 22,7 milhões de toneladas foram importadas, sendo aproximadamente 7,5 milhões oriundas da China.

"Essa guerra comercial entre EUA e China não é bom para a região. Eles (China) vão querer vir para cá. Nos últimos seis meses de 2018, a China aumentou muito as suas exportações, com alta de 9%. Essa não é uma notícia tão boa",

disse Leal durante o seminário Steel Markets Latin America promovido pela S&P Global Plates.

Em conversa recente com o **Valor**, na sede da Alacero em São Paulo, Leal destacou que "a edição da seção 232, do governo de Donald Trump, que protegeu o mercado americano, os carregamentos de aço chinês vêm se direcionando para mercados da América Latina". Ele acrescentou: "Isso preocupa muito nossa indústria."

Para o executivo, enquanto houve contração de 5% dos embarques de aço da China para o resto do mundo no segundo semestre, ante 2017, para a América Latina verificou-se aumento de 28%. "A região passou a receber mais de 10% do volume de aço exportado pelos chineses, tornando-se seu principal destino".

Segundo Leal, a tendência desse movimento continuar em 2019 é o que preocupa as empresas associadas da Alacero. "Se isso se mantiver, muito em breve seremos o grande mercado de exportação de aço da China", afirmou, ressaltando que os governos da região teriam de tomar medidas de proteção à indústria local para que não perca ainda mais competitividade no mercado global.

Mas, as decisões parecem ir em sentido contrário. O México, no fim de janeiro, eliminou a salvaguarda de 15% sobre importações de aço oriundo de países com os quais não tem acordo de livre comércio. Observou que isso ameaça projetos de expansão no país para produção de aços planos de alto valor agregado.

Consumo na região está voltando ao patamar de 2014, com previsão do Alacero de 69 milhões de toneladas neste ano

O setor, observa Leal, já enfrenta as incertezas decorrentes das medidas protecionistas dos EUA mais alta do dólar e a guerra comercial do país com a China. "Essa disputa do dois gigantes eleva o risco de uma recessão global na cadeira produtiva do aço", afirma o dirigente da Alacero.

Ontem, Leal disse que a estimativa de consumo de aço este ano na região deverá atingir 69 milhões de toneladas e em 2020 de 72 milhões de toneladas. "É um número bom se comparado ao consumo do ano passado, mas estamos voltando aos volumes de 2014. A aprovação das reformas da Previdência, principalmente no Brasil, e tributária pode melhorar esse consumo", afirmou.

No mesmo evento, o diretor-executivo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), David Salama, disse que a empresa aguarda a melhora do ambiente macroeconômico para destravar investimentos no aumento da capacidade de aço zincado, produto muito utilizado na indústria automotiva. "Isso

acontecendo, vamos destravar os investimentos e, por consequência, blindar o mercado brasileiro das importações desse tipo de produto", disse Salama.

O plano da CSN é investir cerca de R\$ 800 milhões em uma linha de zincado que poderá produzir 350 mil toneladas. "Mas, tudo depende do ambiente macroeconômico. Hoje, não é favorável."

O consumo de aço zincado no Brasil em 2018 foi em torno de 3,1 milhões de toneladas e, grande parte disso vem da China. A CSN produziu no ano passado 1,3 milhão de toneladas de produtos revestidos. "Acendeu uma luz vermelha nesse segmento, porque o preço do zincado praticado no mercado nacional é 15% mais caro que o importado. Podemos ver mais importações", disse Salama.

Segundo a Alacero, atualmente as importações de laminados representam 34% do consumo da região. Eram de 30% em 2013 e chegaram a 37% em 2017. "O gráfico trimestral que mostra novamente a tendência no quarto trimestre passado é impressionante, período em que as importações de laminados subiram de 34% para 36%. É urgente cuidar desta situação em nossa região, uma vez que essas importações trazem desestímulo para a indústria local, fricções comerciais e coloca em risco investimentos e empregos", afirma o diretor-geral da Alacero

No ano passado, a balança comercial da região, apesar de continuar negativa, viu o déficit recuar 11% sobre 2017, fechando em 12,9 milhões de toneladas. Brasil e Argentina foram os únicos países que mantiveram superávit em laminados, com 2,4 milhões de toneladas e 800 mil, respectivamente. O maior déficit foi registrado pelo México - 6,6 milhões de toneladas -, seguido pela Colômbia (2,4 milhões), o Chile (1,6 milhão) e Peru (1,6 milhão).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Justiça impõe bloqueio de R\$ 100 milhões da Braskem

A Justiça de Alagoas acatou parcialmente o pedido de bloqueio de bens da Braskem feito pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública, em ação civil pública proposta contra a petroquímica nesta semana. Em decisão de ontem, o juiz da 2ª Vara Cível de Maceió, Pedro Ivens Simões de França, determinou a indisponibilidade de até R\$ 100 milhões das contas da companhia. A Braskem tem até cinco dias para recorrer.

O valor ficou bem abaixo do inicialmente pretendido pelo MPE e pela Defensoria, que pediam o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões em bens, incluindo ações,

sob a alegação de que há evidências de que a mineração de sal-gema da petroquímica está relacionada ao afundamento do solo em três bairros próximos, na capital alagoana. Moradias e vias nesses bairros apresentam rachaduras, agravadas com as fortes chuvas do mês passado. A Prefeitura de Maceió decretou estado de calamidade naquela região.

O objetivo do MPE e da Defensoria era garantir recursos para indenização das famílias atingidas. O pedido foi feito antecipadamente, antes de um laudo conclusivo, frente às negociações entre Odebrecht, controladora da empresa, e a holandesa LyondellBasell para venda da Braskem.

"Temos uma série de evidências ao longo dos estudos feitos por organismos técnicos, e era preciso agir com uma tutela cautelar porque a Braskem está em processo de venda", disse ao **Valor** o procurador-geral do Estado, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto. Contudo, se a mineração de sal-gema for apontada como causa do afundamento do solo, a responsabilidade será transferida da Braskem para a LyondellBasell em caso de venda.

Na decisão de ontem, o juiz determinou que R\$ 29 milhões da empresa sejam bloqueados para garantir o ressarcimento às famílias atingidas nos bairros Pinheiro, Bebedouro e Mutange. Outros R\$ 71 milhões serão reservados para medidas emergenciais. O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) deve entregar até o fim do mês um relatório final sobre as ocorrências.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/04/2019

Seção: Internacional

Autor: Fabiola Zerpa | Bloomberg, de Caracas

Título: Apagões derrubam produção de petróleo na Venezuela

As quedas de energia que deixaram a Venezuela no escuro pela maior parte de março também cortaram brevemente a produção de petróleo do país pela metade, segundo fontes a par do tema.

Os apagões constantes em grande parte do país, que começaram em 7 de março, paralisaram a maior parte dos poços e plataformas de petróleo do país, que lentamente voltam a operar. A produção de petróleo caiu para menos de 600.000 barris/dia durante os apagões, segundo disseram as fontes, que pediram para não ser identificadas porque a informação é sigilosa. No mês todo, a produção diária foi de 890.000 barris/ dia, segundo uma pesquisa feita pela Bloomberg junto a autoridades, analistas e dados de embarque.

A perda de produção em razão dos apagões representa mais um golpe a já debilitada indústria petroleira venezuelana, que sofre com anos de má

administração e sanções impostas pelos Estados Unidos. A produção de petróleo do país, uma das poucas fontes de divisas para o regime de Nicolás Maduro, caiu em dois terços desde antes da greve dos funcionários da PDVSA, em dezembro de 2002.

Perto da bacia do Orinoco, no leste do país, onde quatro de cada cinco barris são produzidos, o petróleo pesado começou a obstruir os oleodutos e tanques depois que o sistema de aquecimento ficou sem energia, disse Wills Rangel, ex-diretor da PDVSA e presidente da Federação dos Trabalhadores Unidos do Setor de Petróleo, Gás e Derivados da Venezuela. A limpeza dos oleodutos poderá levar meses.

Por causa dos problemas na Faixa do Orinoco, a Venezuela deverá reportar uma grande queda na produção de março à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), afirmou Rangel. Nos períodos de apagão, a produção caiu a um nível parecido com o informado à Opep em janeiro de 2003, após greve na PDVSA contra o ex-presidente Hugo Chávez.

A Faixa do Orinoco não se recuperou totalmente da falta de energia e está produzindo cerca de 300.000 barris/dia, disse Rangel.

Embora a extração na Faixa do Orinoco exija certa quantidade de eletricidade, a maior demanda vem das refinarias localizadas no norte, a 300 quilômetros de distância, perto da costa. As quatro refinarias do país ainda tentam retomar a atividade. Elas terão a capacidade total recuperada quando a companhia estatal de energia o permitir, disse Rangel.

Nos campos, poços de petróleo e bombas também estarão sujeitos ao plano de racionamento de energia em vigor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: Plataformas devem impulsionar investimento no 1º tri

Os investimentos medidos no Produto Interno Bruto (PIB) devem voltar a crescer no primeiro trimestre deste ano, após a forte queda de 2,5% nos três últimos meses do ano passado. O resultado, porém, tem pouco a ver com o "mundo real" - será, de novo, influenciado pelos efeitos contábeis das operações de com plataformas de petróleo, após as mudanças no Repetro.

Conforme cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida dos investimentos no Produto

Interno Bruto) cresceu 0,4% em fevereiro ante o mês anterior. O resultado ocorre após alta de 2,1% em janeiro, mês em que foi influenciado pela contabilização das plataformas.

"Os resultados deixam um carregamento estatístico positivo de 2,2% para o primeiro trimestre", disse o pesquisador Leonardo Mello de Carvalho, responsável pelos cálculos. "O Ipea projeta crescimento dos investimentos em 1,3% no primeiro trimestre, frente ao quarto trimestre de 2018, mas você pode dizer, sim, que existe pouco de mundo real nesse número."

Os investimentos cresceram 5,5% no terceiro trimestre de 2018, influenciados pela menor base de comparação devido à greve dos caminhoneiros em maio e pelas influências favoráveis do Repetro. No trimestre seguinte, a FBCF recuou 2,5%, influenciada, neste caso, por uma base de comparação mais elevada do período anterior e as incertezas do processo eleitoral.

O pesquisador avaliou que os investimentos tenderiam a ser negativos no primeiro trimestre sem os efeitos do Repetro. Carvalho tratou estatisticamente o indicador do Ipea de FBCF para retirar os efeitos contábeis das plataformas de petróleo de janeiro, mês que concentrou a influência. Ele concluiu que o indicador teria recuado 2,2%. Carvalho não identificou efeitos do Repetro em fevereiro.

Além disso, ele chama atenção para o desempenho da produção nacional de bens de capital neste início de ano, medida pela Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) do IBGE. O indicador fechou fevereiro deixando um carregamento estatístico negativo de 4% para o primeiro trimestre deste ano, algo que dificilmente deve ser revertido em março.

"Outro indicador importante dos investimentos é a construção, que está parada e para a qual não esperamos nada muito diferente neste ano", disse ele, para quem o elevado nível de incerteza pesa. "Sem a aprovação da reforma da Previdência, o empresário não sabe qual será a trajetória de juros, do câmbio, do risco país. Então, os juros baixos e a inflação controlada não contaminaram ainda o setor real da economia."

A abertura mais detalhada do indicador de investimento do Ipea de fevereiro mostra que o consumo aparente de máquinas e equipamentos (Came) - produção doméstica líquida das exportações, acrescida das importações - aumentou 2,9% no mês, frente a janeiro, com ajuste.

Dos componentes do Came, a produção interna de bens de capital líquida de exportações cresceu 43,5%, a importação de itens desse segmento recuou

43,5%. Essa volatilidade é explicada pelas operações com as plataformas de petróleo, contabilizadas na categoria "máquinas e equipamentos".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/04/2019

Seção: Economia

Autor: Luci Ribeiro/BRASÍLIA

Título: Produtores rurais acumularão desconto nas suas contas de luz

Concessão do governo custa R\$ 3,4 bilhões por ano e deve ser paga por todos os consumidores de Energia do País

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem decreto que trata do fim de descontos na conta de Energia concedidos a consumidores rurais do País. O texto volta a permitir que produtores rurais que trabalham com irrigação e aquicultura acumulem dois descontos até a extinção total dos subsídios. A decisão do governo de editar novo decreto reestabelecendo o benefício depois da pressão da bancada ruralista foi antecipada pelo Estadão/ Broadcast há um mês. A benesse custa R\$ 3,4 bilhões por ano e é paga por todos os demais consumidores de Energia do País.

Na prática, o ato desfaz parte de decisão tomada pelo então presidente Michel Temer no fim de seu governo, em dezembro passado. Por decreto, Temer decidiu que descontos tarifários concedidos a unidades de consumo classificadas como rurais serão gradativamente eliminados, no prazo de cinco anos. Com o decreto, Temer também impediu o acúmulo de subsídios por setores de irrigação e aquicultura na área rural, que tinham desconto assegurado por uma outra lei.

O decreto de Bolsonaro reafirma a vedação da acumulação dos descontos, devendo prevalecer aquele que confira o maior benefício ao consumidor, mas deixa de fora dessa proibição os consumidores rurais ligados à irrigação e aquicultura. O texto que recompõe o benefício é fruto de acordo entre as pastas da Economia, Casa Civil, **Minas e Energia**, Desenvolvimento Regional e Agricultura. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel) também participou da negociação.

Como o Estadão/Broadcast apurou, há consenso de que o subsídio deve mesmo acabar, de forma escalonada, ao longo dos próximos cinco anos, como prevê o decreto anterior. Mas para diminuir a resistência do agronegócio à medida, o governo de Bolsonaro resolveu permitir o acúmulo de dois subsídios aos irrigantes e aquicultores. O desconto médio dos consumidores rurais era de R\$

47,88 em 2016. Irrigantes e aquicultores, em média, tinham um desconto bem maior, de R\$ 642,64.

O decreto de Bolsonaro estabelece ainda que, na operacionalização dos descontos, os agentes de distribuição de Energia elétrica observarão a regulação da Aneel, que também será a responsável pela fiscalização do tema, assim como terá de definir os procedimentos, os ajustes e as penalidades eventualmente aplicáveis.

Quando Temer assinou o decreto, a medida foi alvo de críticas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Em seguida, parlamentares se movimentaram para tentar derrubá-lo por meio de um decreto legislativo. Temer barrou a ação e prometeu oferecer uma solução.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/04/2019

Seção: Economia

Autor: Renata Batista / RIO

Título: TCU vê sobrepreço em obras do BNDES

Corte aponta quase US\$ 1 bi sob suspeita em financiamentos do banco estatal a exportações de empreiteiras brasileiras para cinco países

Um relatório de auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou suposto superfaturamento de US\$ 911 milhões em financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a exportações de empreiteiras brasileiras na área de Energia, cifra que corresponde a 41,7% do total dos valores financiados (US\$ 2,2 bilhões). A auditoria foi feita em 17 contratos da instituição com Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Corrêa para financiar a construção de nove hidrelétricas e duas linhas de transmissão em Angola, República Dominicana, Moçambique, Equador e Costa Rica. A auditoria também apontou que US\$ 570 milhões teriam sido desembolsados pelo banco sem comprovação. O caso está sob investigação no TCU, que ainda terá de julgá-lo em plenário.

No relatório, o TCU classifica como "desarrazoado" o percentual financiado nas 17 obras: mais de 85%. Avalia que o dinheiro liberado pode ter coberto gastos com fornecedores locais, o que viola as normas do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) do Brasil, que financia apenas operações de empresas brasileiras no exterior. Também indica que os custos com administração podem ter sido até cinco vezes maiores do que valores de referência em projetos semelhantes, como o que é usado pela **Agência Nacional de Energia Elétrica**

(Aneel). Esses gastos superaram 13% do valor somado das 17 operações, mas superaram os 20% em seis casos.

Segundo o TCU, um dos fatores que explicam a discrepância é o elevado gasto com mão de obra expatriada. Em dois empreendimentos da Odebrecht em Angola - as hidrelétricas de Cambambe e Laúca -, 66% dos desembolsos para o pagamento de salários e benefícios podem ter sido indevidos.

"A partir do momento em que o BNDES exigiu maiores comprovações, restou claro que os valores anteriormente desembolsados estavam superestimados", afirma o TCU no relatório. No texto, a corte mostra que os custos com mão de obra expatriada nos dois casos foram, em média, 2,25 vezes maiores que nas outras obras e 2,6 vezes superiores ao declarado no sistema de Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do antigo Ministério do Trabalho. Além disso, caíram para menos de um terço quando o banco aumentou os controles.

"Mesmo assim, não há, na documentação encaminhada pelo BNDES, qualquer evidência de que o banco tenha identificado tais incongruências e providenciado ajustes nos valores anteriormente desembolsados a maior", indica o relatório do TCU sobre o caso.

No documento, publicado no Diário Oficial da União em novembro do ano passado, o órgão de controle questiona o banco sobre as providências que está tomando. Mostra também que a instituição pode ter adiantado recursos do programa de financiamento de exportações (Proex) para vendas que acabaram não se confirmando. Também questiona se há iniciativas para cobrar dos exportadores as multas que, por contrato, o Proex pode aplicar nesses casos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/04/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Flávio Tavares

Título: O faz de conta do dia a dia

A simulação, esse faz de conta do que não é, domina a sociedade atual e já nem percebemos. Não me refiro à ficção das telenovelas ou da literatura, nem aos sonhos da poesia ou aos devaneios de cada um, mas à imposição da mentira como se verdade fosse. A Vale S.A., por exemplo, é uma das maiores empresas do País, superada apenas pela Petrobrás, e exatamente por isso não se pode comportar como aquelas antigas “vendinhas” de bairro que confundiam mortadela com presunto, sem distinguir uma do outro. Nesse caso, não se tratava de “simulação”, mas de ignorância crassa ou paladar insípido...

A tragédia dos resíduos da mina de Brumadinho, em janeiro, escancarou para o mundo um crime causado pela desídia e pela ânsia de lucro fácil. Além da morte de três centenas de pessoas, esterilizou áreas de cultivo e degradou rios, exterminando flora e fauna. Agora, noutras minas vizinhas, já desativadas, o aluvião assassino ameaça Ouro Preto, Nova Lima e Barão de Cocais, também em Minas Gerais. Dias atrás, porém, a Vale ocupou páginas inteiras dos jornais de Minas, São Paulo, Rio e outros Estados para chamar a tragédia de apenas “um transtorno”.

Em página inteira publicada em 1.º de abril (coincidentemente, o “dia da mentira”), afirmou textualmente: “Ciente dos transtornos causados pelos últimos acontecimentos em Minas Gerais (...), para atender a nova legislação e garantir a segurança da população, a Vale subiu para ‘nível 3’ o índice de quatro barragens já desativadas, inativas desde 2006”. O arremate é um primor de sarcasmo e alienação: “A Vale pede desculpas pelos transtornos causados e agradece às autoridades pelo apoio prestado”.

Classificar a tragédia como um “transtorno” não é só transgredir o idioma. É uma agressão à realidade em si e ao bom senso de todos nós. O significado de “transtornar” é atrapalhar, alterar ou desorganizar a ordem das coisas, muito diferente do horror nas minas da Vale em Brumadinho ou, antes, em Mariana. Esse palavreado fútil, alheio à realidade, torna-se uma mentira em si e tem um nome, treta, que qualquer dicionário aponta como algo inventado para burlar.

O povo chama isso de “enganação”, mas é muito mais. É tentar fazer da mentira uma verdade suprema e transformá-la em monumento a adorar, como o “bezerro de ouro” da Bíblia. O ato de enganar, simular e inventar o que não é (a “enganação”, enfim) é anterior à última tragédia. O Ministério Público demonstrou que a Vale obstruiu a fiscalização sobre a situação das barragens de Brumadinho, utilizando-se de uma empresa alemã de “segurança” para adulterar laudos.

Assim, dois meses antes do desmoronamento pediu o encerramento da investigação do próprio Ministério Público. A maior mineradora do País desprezou (ou traiu) sua própria grandeza e seu pioneirismo jogando na lata do lixo a responsabilidade empresarial. Ou, pior ainda, entendeu que sua única responsabilidade era ter lucro. A mineração é atividade sensível e perigosa em si mesma, cujo exercício – mais do que cuidados – exige responsabilidade ampla e profunda. Caso contrário, torna-se catastrófica e ofende a própria vida ao longo de várias gerações, como agora em Brumadinho.

Ou alguém pensa que as terras e os rios que a avalanche tornou estéreis – ou “matou” – poderão ser reabilitados com alguns bilhões de reais provindos de multas que nunca serão pagas? Ou que possam ser “substituídos” por terras e

águas “novas”, como os móveis da casa infestados de cupim? O faz de conta tem, também, um lado ridiculamente perigoso.

A Vale anuncia agora que “subiu para nível 3” o índice de quatro barragens, mas – em verdade – isso apenas significa uma série de exercícios preparando a população para evacuar a área em caso de rompimento. Ou seja, treina para o desastre, cria o hábito da tragédia, como se a hecatombe fosse parte do cotidiano... A simulação passou a estar em todas as partes, num faz de conta contínuo que habita nossa vida sem que o percebamos.

Lembram-se de João de Deus, que se dizia médium espírita e era, de fato, uma mistura de estuprador místico e embusteiro, acusado até de assassinatos? O aparente poder da mente, que ele dizia ter ou aparentava possuir, não era dele, mas do próprio enfermo. Ele apenas fantasiava o “milagre” ou a “cura”. Contam os Evangelhos que o próprio Jesus, quando chamado a curar, abençoava o enfermo e lhe dizia: “Tua fé te curou. Vai em paz”.

A fé, ou que outro nome tenha, curou aqueles que o hipócrita e falso médium dizia ter curado. Nenhuma religião, filosofia ou crença ligada ao sobrenatural faz do dinheiro um modo de vida, menos ainda de vida nababesca. Nem vende caridade. A recompensa é praticá-la por amor. Mas até a relação amorosa simula muitas vezes um amor de faz de conta.

Aí estão os recentes casos de feminicídio, em que o “amor” nunca foi amor, mas violento ódio profundo, e a vítima se torna vítima apenas por ser mulher. Quando chega à política, a simulação se expande. Os aglomerados chamados de “partidos políticos” deixaram de representar programas de ação para a sociedade e o Estado. E os políticos se transformam em qualquer coisa para apregoar o que não são nem nunca foram e, assim, conquistar o poder.

Aí estão os casos de Lula da Silva e Michel Temer, até há bem pouco “salvadores da moralidade” ou da pátria, até. Um, preso; o outro, réu por corrupção múltipla. Agora, em apenas três meses, as trapalhadas e confusões de Jair Bolsonaro se sobrepõem umas às outras e chegam a simular que a ditadura não foi ditadura. E o faz de conta se expande como maré cheia. O perigo é nos habituarmos com o que não é.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/04/2019

Seção: Política

Autor: Renato Onofre / BRASÍLIA

Título: EUA terão controle de acesso em Alcântara

Acordo assinado pelo Brasil envolvendo base no Maranhão vai criar "áreas restritas"

O acordo entre Brasil e Estados Unidos para o uso do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, cria "áreas restritas", onde serão manipuladas as tecnologias americanas, definidas conjuntamente entre os dois países. O acesso a esses locais específicos será permitido pelo Brasil somente a pessoas autorizadas pelo governo americano. O documento, ao qual o Estado teve acesso, terá de ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Além do espaço restrito, a parceria entre os dois países também prevê "áreas controladas". Mas, nesse caso, o acesso de pessoas ao local poderá ser autorizado pelo Brasil e outros países que participem de atividades na base de Alcântara. O acordo estabelece, ainda, limitações no poder de investigação brasileira em casos de acidentes.

Em 2000, o governo Fernando Henrique Cardoso propôs que somente os americanos teriam acesso e controle exclusivo às áreas que ocupassem em Alcântara. Esse ponto repercutiu mal e o acordo foi derrubado pelo Congresso. Para evitar repetir a polêmica de violação da soberania nacional, a parceria assinada neste ano pelos governos Bolsonaro e Trump definiu "áreas restritas" e determinou que apenas nesses locais o acesso será autorizado exclusivamente pelos americanos.

Professor de relações internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), de São Paulo, Gunther Rudzit, defendeu a existência de áreas restritas. "É justificada a preocupação norte-americana. As empresas e agências investem bilhões em tecnologia e não querem ter essa tecnologia roubada", afirmou. "No Brasil, não estamos acostumados que a espionagem seja uma realidade. Isso não é Hollywood", disse.

Quando da tentativa de acordo no governo FHC, Rudzit, que é mestre em segurança nacional pela Georgetown University, assessorava o então ministro da Defesa, Geraldo Quintão. Ele avaliou que o atual governo negociou mais os termos do acordo do que na época. "Os partidos de esquerda vão querer criar polêmica para fustigar o governo Bolsonaro, mas o acordo é ponderado."

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações afirmou que o fato de o Brasil não ter aprovado o acordo no passado fez com que o País perdesse US\$ 3,9 bilhões em receitas de lançamentos de satélites em 20 anos.

A pasta preparou uma apresentação de 56 páginas para convencer deputados e senadores de que o acordo de salvaguardas tecnológicas é positivo para o País. Ao Estado, o ministério antecipou sua defesa sobre o ponto mais polêmico: "As

chamadas áreas restritas, onde serão manipuladas as tecnologias americanas, serão designadas conjuntamente entre o Brasil e o EUA e são textualmente áreas dentro da jurisdição territorial nacional".

O ministério ressaltou que "os órgãos brasileiros de polícia e de prestação de socorro emergencial terão acesso operacional às áreas restritas conforme necessidade e o Brasil pode aprovar ou restringir o acesso de pessoas credenciadas pelos EUA". Em caso de um acidente em que os destroços caiam dentro ou fora da área militar de Alcântara, por exemplo, o Estados Unidos exigiram que o governo brasileiro assegure a criação de uma zona restrita para o armazenamento dos equipamentos restantes que terá o acesso controlado pelos americanos.

O Brasil ainda é obrigado a devolver "tais componentes ou destroços" sem que sejam "estudados ou fotografados" de nenhuma forma, "exceto se acordado de outra maneira pelas partes, em particular se fizer necessário para resguardar os interesses de saúde e de segurança públicas e a preservação do meio ambiente".

Audiência. Os ministros da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, vão na próxima semana ao Congresso participar de audiência pública em comissões. O acordo sobre a base de Alcântara deve estar no centro da discussão. A oposição vai questionar a parceria. "Há uma limitação clara da atuação das autoridades brasileiras em todas as situações. Os dispositivos podem limitar o poder de investigação em casos de acidente. É uma afronta à soberania nacional", afirmou o líder do PSOL, Ivan Valente (SP).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/04/2019

Seção: Política

Autor: JULIA AFFONSO, LUIZ VASSALLO e FAUSTO MACEDO

Título: Temer vira réu por lavagem de dinheiro

A Justiça Federal em São Paulo aceitou ontem denúncia contra o ex-presidente Michel Temer e o emedebista virou réu por lavagem de dinheiro no processo sobre a reforma da casa de sua filha Maristela Temer, em São Paulo. A acusação alcança, além de Temer e de Maristela, o coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, e sua mulher, Maria Rita Fratezi.

"Os fatos narrados configuram, em tese, infração penal. A denúncia é ainda lastreada em indícios mínimos de autoria e de materialidade da infração penal imputada aos acusados", afirmou o juiz Diego Paes Moreira, da 6.ª Vara Federal.

De acordo com a Procuradoria da República, a reforma do imóvel pertencente a Maristela custou R\$ 1,6 milhão, e o valor usado na obra foi "fruto de pagamento de propinas e desvios" em contratos da usina nuclear de Angra 3, no Rio. Para a força-tarefa da Lava Jato de São Paulo, "não há dúvidas de que a Argeplan era uma empresa dedicada a administrar os recursos ilícitos obtidos por Michel Temer, seja operando esquemas de lavagem, seja servindo como local de entregas de propina em dinheiro vivo para o ex-presidente". A Argeplan tem como um dos controladores o coronel Lima.

Ainda segundo a denúncia, apresentada na terça-feira, "a acusação por lavagem de dinheiro na reforma da casa de Maristela Temer é agravada pelo fato de ter sido paga com dinheiro de crimes praticados por organização criminosa cuja formação e atividades foram detalhadas na denúncia do "quadrilhão do MDB"". Essa acusação formal foi oferecida pela Procuradoria-Geral da República em 2017 e ampliada pelo Ministério Público Federal em Brasília em abril do ano passado.

Com a decisão de ontem, Temer agora é réu em quatro ações penais e ainda é alvo de duas denúncias que estão na Justiça Federal em Brasília.

"Infame". O advogado de Temer, Eduardo Carnelós, disse que a acusação, "além de não possuir base em provas idôneas, é infame". "(Maristela) prestou todos os esclarecimentos quanto à origem dos recursos utilizados nas obras e, agora, sem promover investigação sobre as explicações por ela apresentadas, o MPF-SP formulou a denúncia a galope." A defesa de Maristela Temer declarou que a origem dos valores utilizados na reforma é lícita e ela "jamais participou de qualquer conduta voltada à lavagem de dinheiro". Os advogados Maurício Silva Leite e Alexandre Sinigallia, que defendem o coronel Lima e sua mulher, afirmaram que "ficará demonstrada a inocência dos acusados e a completa imprestabilidade da denúncia".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: balança

Painel S. A.

A política de ajustes periódicos do preço dos combustíveis de acordo com os valores do mercado internacional ajudou o Brasil a ter superávit na balança comercial de petróleo e derivados, segundo Cláudio Considera, da FGV.

preço mais caro A crise (a partir de 2014) e a decisão de dar fim ao subsídio (em 2016) teriam contribuído para reduzir o ritmo de consumo interno e importação, diz o pesquisador.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/04/2019

Seção: Poder

Autor: Felipe Bächtold

Título: Temer vira réu em São Paulo no caso da reforma em imóvel da filha

A Justiça Federal em São Paulo decidiu nesta quinta-feira (4) tornar réu o ex-presidente Michel Temer pela acusação de lavar dinheiro de propina por meio da reforma da casa de uma de suas filhas, Maristela Temer.

A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal em São Paulo na terça (2). Os procuradores afirmam que o ex-presidente usou dinheiro obtido em esquemas de propina junto à JBS e Odebrecht em a estatal Eletronuclear para promover a obra, em São Paulo.

O juiz Diego Paes Moreira, da 6a Vara Criminal, escreveu em despacho que a acusação do Ministério Público deve ter continuidade por ser lastreada em indícios mínimos de autoria e de materialidade.

Também viraram réus Maristela, o coronel João Baptista Lima Filho e a mulher dele, Maria Rita Fratezi. O casal providenciou etapas da reforma e fez pagamentos a fornecedores. A reforma, entre 2013 e 2015, teve custo estimado pelo MPF em R\$ 1,6 milhão.

Esta é a quarta vez que o emedebista vira réu desde a semana passada. Ele é acusado no DF de se beneficiar da entrega de uma mala com R\$ 500 mil a um ex-assessor e, em dois processos no Rio, se tornou réu sob suspeita de desvios na Eletronuclear.

O advogado Eduardo Cernelós, que defende Temer, diz que a acusação de lavagem não possui prova idônea e é infame. A defesa de Lima e Fratezi afirmou que houve precipitação dos procuradores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Nelson de Sá

Título: China já compra mais soja e algodão dos EUA

Toda Mídia

Em destaque por South China Morning Post, New York Times e Wall Street Journal, Donald Trump anunciou que o acordo para encerrar a guerra comercial sino-americana ainda demora “quatro semanas ou mais”. E a esperada cúpula com Xi Jinping só acontece quando ele sair.

Antes mesmo de acordo, noticiou o Financial Times, “China impulsiona compras de produtos agrícolas dos EUA”, inclusive “1,7 milhões de toneladas de soja e 178 mil fardos de algodão”, commodities que importa do Brasil.

Por outro lado, o site de notícias financeiras Seeking Alpha noticiou: “Surpresa! Brasil decepciona com dados da produção de petróleo de fevereiro”. Foi “uma grande decepção e as implicações são enormes”, porque, segundo a Agência Internacional de Energia, o país era “chave para o fornecimento neste ano”.

Índia ao resgate

Seeking Alpha e WSJ, entre outros, vêm noticiando que a Venezuela não sofreu como esperado, com as sanções dos EUA à importação de petróleo, porque “o volume [de compras] está simplesmente sendo transferido” para Índia e outros. E o Miami Herald, citando a falta de impacto das sanções, reportou que “a empolgação em círculos diplomáticos dos EUA e estrangeiros sobre a queda de Nicolás Maduro foi substituída pela frustração com seu poder persistente”.

"Hello from Rio"

Reuters e Associated Press despacharam, da “maior feira de defesa e segurança da América Latina”, no Rio de Janeiro, que as “empresas de armas estão excitadas” com os novos governos no Brasil e no próprio Rio. E já “buscam abertura do mercado” para seus produtos. A mesma AP noticiou depois que o fugitivo de uma prisão na Califórnia “pode ter escapado para o Rio”, citando uma mensagem enviada para sua mãe: “Olá, do Rio”.

Amazon avança

Na longa chamada do Washington Post, “Jeff Bezos, em acordo de divórcio com MacKenzie Bezos, retém 75% das ações da Amazon e todo o poder de voto”. Logo abaixo, “também a totalidade do capital no WP”. O WSJ também noticiou, mas chamou mais atenção para a apuração de que “Ascensão da Amazon em Ad Search [publicidade digital associada a palavras-chave] afeta o domínio do Google”, com anunciantes transferindo investimentos para a sua plataforma.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/04/2019****Seção: Política****Autor: SÃO PAULO****Título: Justiça aceita nova denúncia sobre obra, e Temer vira réu pela 4ª vez**

A Justiça Federal de São Paulo aceitou ontem denúncia do Ministério Público Federal (MPF) e transformou o ex-presidente Michel Temer e sua filha Maristela Temer em réus. Os dois vão responder pelo crime de lavagem de dinheiro no caso que envolve a reforma no imóvel de Maristela em São Paulo. Amigo de Temer, o coronel João Batista Lima, conhecido como coronel Lima, e a mulher dele, Maria Rita Fratezi, também se tornaram réus no mesmo processo.

Temer é réu pela quarta vez. Na última terça, o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, aceitou duas denúncias contra Temer relativas à investigação sobre desvios na obra de Angra 3. O ex-presidente já havia se tornado réu em processo que investiga propinas da JBS, que corre na Justiça do Distrito Federal. Na decisão de ontem, o juiz-substituto Diego Paes Moreira, da 6ª Vara Federal Criminal, diz que a denúncia "apresenta a exposição dos fatos imputados aos acusados e indica a classificação do crime conforme a opinião do órgão da acusação".

MPF: PROPINA PAGOU OBRA

Para a Lava-Jato, a reforma da casa da filha de Temer, no Alto de Pinheiros, área nobre de São Paulo, foi paga por meio de propina desviada das obras da usina de Angra 3, no Rio. A denúncia ocorre quase duas semanas após a prisão do emedebista pela Lava-Jato do Rio. Temer foi solto quatro dias depois, após uma decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Em nota, o advogado Eduardo Cernelós, que defende Temer, disse que a acusação "é infame" e "estapafúrdia". Já o advogado Fernando Castelo Branco, que defende Maristela Temer, disse que "a origem dos valores utilizados para a reforma de sua residência é lícita e [a filha do ex-presidente] jamais participou de qualquer conduta voltada à lavagem de dinheiro".

Os advogados Cristiano Benzota e Mauricio Leite, responsáveis pela defesa do coronel Lima e de Maria Rita Fratezi, citaram a "precipitação da apresentação de denúncias pelo MPF".

MME / ASCOM .